

A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PERNAMBUCO E OS DESDOBRAMENTOS DESSA POLÍTICA PÚBLICA

Joseane Fátima de Almeida Araújo¹

Isaías Júlio de Oliveira²

Dr^a Maria das Graças A. Ataíde de Almeida³

RESUMO

O estudo aqui desenvolvido traz como objetivo central apresentar como se desenvolveram as políticas públicas de educação integral em Pernambuco voltadas para o ensino médio. Para tanto, trabalhamos com o histórico das políticas públicas educacionais vivenciadas no Brasil, além de demonstrar qual o modelo introduzido e desenvolvido na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco ao longo do século XXI e que refletiram na criação e consolidação dessas políticas no referido Estado. O estudo ora apresentado faz parte de uma pesquisa em andamento com enfoque qualitativo e, por isso não possui conclusões definitivas. Por fim, o que podemos perceber até o momento nas discussões levantadas acerca da educação fornecida nas escolas de tempo integral pelos docentes e autoridades entrevistadas que a escola ainda não está preparando adequadamente os estudantes para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, por outro lado, esse tipo de educação oferecido representa um avanço na melhoria da do processo de ensino/aprendizagem para esses mesmos estudantes, através de uma formação cidadã, onde a cada ano que passa, observamos mais e mais estudantes advindos dessas escolas ingressarem nas universidades nacionais através do ENEM, o que demonstra que essas escolas conseguem despertar nos estudantes a possibilidade de continuidade dos estudos, além de manter o Estado de Pernambuco nos primeiros lugares no ranking da oferta de qualidade da educação no ensino médio com grande contribuição dessas escolas no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, bem como nas três últimas edições do Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais, Educação em Tempo Integral, Educação Técnica e Profissional, Índices Educacionais.

INTRODUÇÃO

Esse estudo traz uma discussão sobre os níveis da educação em Pernambuco desenvolvidas no ensino médio de forma integral e técnica. E esse tipo de estrutura

¹ Doutoranda em Humanidades e Artes com ênfase em Ciências da Educação da Universidad Nacional de Rosário – Argentina, joseanefalmeida@gmail.com;

² Doutorando pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Rio Grande do Norte – RN, isaias-matematica@hotmail.com;

³ Professor orientador: Dr^a Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, Doutora pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutora Pela Universidade de Coimbra (Portugal), Universidade Federal Rural de Pernambuco - PE, ataide@hotlink.com.br.

surgiu a partir do olhar local acerca do crescimento econômico ocorrido nos últimos anos no estado (especialmente na região de Suape/PE) que por sua vez não foi acompanhado pela qualificação da população local para a demanda desse novo mercado promissor. A partir dessa análise do contexto histórico, nasceu as preocupações com as respostas adquiridas pelas autoridades locais através das políticas públicas educacionais para o ensino médio técnico e integral, o que nos orientou a desenvolver essa investigação. Buscamos estudos no Brasil que explicassem essa dualidade histórica no campo educacional, motivo pelo qual gera grandes discussões no que se refere as leis educacionais e as práticas por elas direcionadas, pois não há um discurso que se desenvolva num nível homogêneo e amplo pelos estudiosos dessa área, especialmente quando vivenciamos por parte do governo federal uma iminente reforma do ensino médio a ser introduzido a partir do ao que vem de com as orientações do Ministério da Educação visando a construção de um Novo Ensino Médio, com o objetivo de abranger essas duas áreas de ensino através de uma reforma do currículo na educação básica e que só com a sua efetivação prática poderemos perceber na prática quais serão os efeitos dessa nova proposta de reforma educacional.

No Brasil, essas modalidades de ensino são analisadas por muitos estudiosos que apontam suas deficiências, dentre eles, merece destaque Kuenzer (2000), que nos aponta que, mesmo com a generalização da modalidade do ensino médio, caracterizada como educação para a vida (LDB/1996), ainda, há a necessidade de uma maior qualificação para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Na LDB nº 9.394/96 em seu artigo 2º, temos o ensino médio no Brasil sendo apresentado com a finalidade de trazer o pleno desenvolvimento do educando, bem como o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essa legislação aliada as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), levantam a possibilidade de formação para o mercado de trabalho, além da criação de um currículo unificado nas escolas profissionalizantes, além de delimitarem as áreas de atuação tanto da escola básica quanto das escolas profissionalizantes, que atualmente ocupam papéis distintos.

Através desses instrumentos legais, ora apontados, percebemos que são necessárias políticas públicas para preparação adequada dos jovens a essas novas

exigências oriundas do mercado de trabalho atual. Diante dessa realidade, Oliveira (2005, p. 7) nos alerta acerca dessa questão:

Nestas últimas décadas, as discussões referentes à educação avolumaram-se mais ainda, posto que, em meio a uma avalanche de modificações produzidas pela reestruturação produtiva, aumenta a necessidade de repensar a escola de forma a atender às novas necessidades da sociedade. A universalização do capitalismo impôs a necessidade de um novo pacto social, daí as reformas educacionais em nível planetário (OLIVEIRA, 2005, p. 7).

Em Pernambuco, a partir dos anos 2000 ocorreu uma preocupação do governo do estado em promover uma educação pública no ensino médio, baseada nos princípios apresentados por Frigotto (2007), tendo o novo padrão de formação imposto internacionalmente sido desenvolvido por meio da criação de políticas públicas que visam um melhor desempenho dos estudantes em relação a essa realidade socioeconômica da educação e da formação para o trabalho, sendo implantadas essas reformas através da Lei Complementar nº 364 de 30 de junho de 2017, onde a educação passa a ser oferecida no ensino médio além da modalidade regular já existente - e que ainda permanece – em outros formatos, sendo eles:

- a) **Educação Profissional:** ofertada nas Escolas Técnicas Estaduais, também conhecidas como ETEs, sendo hoje em Pernambuco, uma ampla rede de instituições que oferecem educação profissional gratuita em diversas habilitações. Essas escolas, nos últimos anos, a partir da demanda crescente por mão de obra especializada no estado, vem trazendo novas oportunidades para a educação técnica de forma pública e gratuita. O que fez com que ano a ano fossem instauradas novas unidades educacionais em regiões estratégicas do estado.
- b) **Educação Integral:** tornou-se uma Política Pública de Estado desde 2008 e as escolas que fazem parte dessa política são denominadas Escolas de Referência em Ensino Médio, sendo também conhecidas como EREMs. Esse modelo de educação ofertada é fundamentado na concepção da educação interdimensional, que visa à

formação do indivíduo em sua inteireza, dentro desse princípio são compreendidas suas experiências educativas, culturais, sociais, artísticas e esportivas. Essas escolas são consideradas um espaço privilegiado do exercício da cidadania e do protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo – modelo esse agora pretendido pelo governo federal através da proposta de reforma do ensino médio. Desse modo, os jovens ao concluir o ensino médio nas escolas de Educação Integral, deverão estar mais qualificado para a continuidade da vida acadêmica, da formação profissional ou para o mundo do trabalho. Essa política pública desenvolvida no Estado de Pernambuco elevou o ranking educacional da Rede Estadual de Ensino aos primeiros lugares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nas últimas três edições desde 2015; o que demonstra que um investimento bem direcionado na educação pública, pode e deve promover o desenvolvimento educacional dos jovens partícipes da educação pública, especialmente no ensino médio como vem ocorrendo no estado e constatados através dos índices educacionais tanto a nível nacional com o IDEB que ocorre a cada dois anos, quanto no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE), que ocorre anualmente.

METODOLOGIA

No que se refere à Metodologia adotada nesse estudo, percebemos que ela se alinha com a abordagem qualitativa, pois realizamos entrevistas com 20 docentes das Escolas em tempo integral e 02 entrevistas com autoridades educacionais 01 delas ligada a Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco e a outra ligada a Gerência Regional da Educação do Estado (GRE) nas quais as escolas se encontram inseridas.

Essa investigação foi realizada em quatro escolas da rede estadual de ensino em Pernambuco, localizadas nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca/PE, sendo: duas ETEs e duas EREMs. As escolas foram classificadas como ETE1 e ETE2, EREM1 e EREM2, preservando assim, a identidade dos participantes da investigação, de acordo com o que coloca a lei 196/96 do Conselho de Ética em Investigação, que

envolve seres humanos. Justifica-se o Lócus a partir das cidades escolhidas por fazerem parte geograficamente de um local de grande demanda de mão-de-obra, já que se localizam próximas ao complexo industrial de Suape⁴.

Fizemos uso de entrevistas semiestruturadas, que segundo Gil (2010), essa técnica dentre todas as técnicas de interrogação é a que apresenta maior flexibilidade, pois pode assumir as mais variadas formas, como: informal, focalizada, parcialmente estruturada e estruturada, por esse motivo essa opção se constituiu a escolhida para o estudo em questão, por se constituir no caso dessa investigação a mais apropriada, já que trabalhamos com docentes e autoridades ligadas à área de educação, o que nos propiciou a partir dessa técnica uma maior apreensão do tema abordado nas entrevistas que foram realizadas.

Dentro dos instrumentos de análises para as entrevistas realizadas, fizemos uso da Análise do Discurso (AD), já que ela nos abre um “leque” de oportunidades para a observação do material que foi coletado, sua análise e também as conclusões que poderão ser tiradas quando do seu término. Porém, acerca dessa questão, Tavares (2009, p. 19) nos alerta sobre a importância da análise do discurso afirmando que é preciso estar bem atento àquilo que os discursos apresentam para que possamos entender de fato o seu real significado:

Os discursos não têm um princípio nem um fim nem fronteiras fortemente demarcadas, assim como não são apenas um conjunto de enunciados visíveis, mas são um entrecruzamento de dizeres e também de não ditos. Como se percebe, o discurso não é um espaço estável, é, sim, um lugar de produção de sentido (TAVARES, 2009, p. 19)

Diante da afirmação apresentada por esse estudioso acerca da análise do discurso, buscamos em nosso estudo enfatizar o dito e o não dito para entendermos a partir daí qual a visão dada pelos entrevistados à temática da investigação.

⁴ Localizado no Litoral Sul do estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil, o Complexo Industrial Portuário de Suape é um dos melhores ambientes de negócio do país e um dos principais portos públicos brasileiro. Fonte: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/>.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo ora apresentado nos apresenta um panorama das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado de Pernambuco no que se refere a educação em tempo integral, buscamos analisar a partir dos depoimentos coletados nas entrevistas realizadas, quais as representações sociais apresentadas acerca dessa política pública tanto pelas autoridades educacionais responsáveis pela educação desenvolvidas nessas escolas selecionadas que fazem parte das cidades do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, quanto dos professores pertencentes a essas instituições. Esses depoimentos coletados dessas autoridades foram denominados de AED, que significa Autoridade Educacional, seguido por um número arábico para facilitar a identificação dos mesmos. Os professores por sua vez, são representados pelas siglas ETE ou EREM – equivalente ao tipo de escola - seguido por um número arábico que indica a escola investigada, já que foram duas de cada tipo, além, da letra “P”, que significa Professor, seguido também por um número arábico para facilitar a identificação dos mesmos e com isso, garantir o anonimato na investigação.

Percebemos através dos discursos apresentados pelos entrevistados acerca das Políticas públicas de educação em tempo integral que em relação ao ensino profissional e a preparação para o trabalho ainda são necessárias novas ações para que elas de fato atinjam seus objetivos junto aos estudantes, mesmo recebendo por parte dos participantes dessa investigação uma avaliação positiva como foi a afirmação apontada pela entrevistada ETE2 (P7) “... eu acho que a proposta de educação profissional em tempo integral é uma boa oportunidade pra esses alunos adquirir não só uma formação básica mais também a nível médio Técnico, aí eles tem a oportunidade de conhecer já o campo de área que ele possa exercer de forma imediata ou futuramente a profissão proposta pelo curso no sentido de poder aprimorar depois os seus conhecimentos e assim exercer com mais segurança e decidir a área que quer seguir. Então a educação profissional integral dá essa oportunidade que eles levem o conhecimento para no futuro ele decidir até melhor a profissão que vai seguir...”. Para ETE1 (P4), a maior desvantagem do ensino técnico nos cursos oferecidos pelas escolas técnicas estaduais é a ausência dos estágios pois, segundo ele “deveria se ter também estágios nessas áreas técnicas, já que estamos falando aqui de uma escola técnica e na prática isso quase

inexiste, então não sei se seria o suficiente para atender essas demandas do mercado, embora que tenhamos um ensino de qualidade mesmo com as condições insuficientes”.

No que se refere as escolas de referência em tempo integral, pudemos perceber que a avaliação recebida pelos entrevistados, no que se refere a esse tipo de escolas são muito positivas, pois, segundo o entrevistado EREM1 (P2) “é uma proposta positiva, é uma proposta que ela vem agregar muito ao estudante quanto ao preenchimento de tempo, de carga horária, e, também o contato com a formação... você aprende a viver em comunidade, que pra mim também é importante, você aprender a viver em conjunto e a viver com as diferenças...”, nesse sentido, complementa EREM1 (P3) “Os estudantes aprendem não só a questão acadêmica, mais a questão do ser mesmo de como ser cidadão, como se portar, como um todo, então acho que foi muito viável esse processo, acho que foi muito bom, eu acho que vale apena...”.

Já as autoridades educacionais participantes da investigação, afirmam que a avaliação positiva apontada pelos professores entrevistados nas escolas que oferecem a educação integral se dá de acordo com as opções pedagógicas elegidas por essa política pública desenvolvida pelo Governo do Estado. Nesse sentido, a entrevistada AED (E1) afirma que, “a potência dessa, das duas formas de escolas, possamos assim dizer é justamente agregar a formação do estudante, competências para além do cognitivo, para além do propedêutico, a gente consegue trazer essa visão ou pelo menos esse é o esforço que é feito de que o tempo integral ele seja visto como uma estratégia para materializar uma educação integral pautada no protagonismo juvenil, no projeto de vida e no exercício da pedagogia da presença”.

Quanto a filosofia empregada nessas escolas, AED (E1), aponta que ela influencia diretamente nos índices educacionais do ensino médio estadual no cenário nacional. Fator também reconhecido por EREM2 (P10) ao afirmar que, “Os principais avanços foram a demanda que era atingir índices educativos, e o integral sempre conseguiu se sobressair, tanto que os últimos números apontam que os integrais tem acompanhado de fato o nível das escolas técnicas” realizando assim, um comparativo entre esses dois tipos de escolas atendidas esse Programa de Educação Integral. Esses números também são apontados por Dutra (2020, p. 72) – que ocupou o cargo de Secretário Executivo de Educação Integral e Profissional do Estado de Pernambuco desde sua criação em 2008 até o ano de 2018, sendo assim, desse modo, o responsável

pela implantação, ampliação e consolidação dessa política pública nessa rede de escolas -, para ele, a melhoria da educação oferecida nessas escolas se dá devido aos:

[...] resultados obtidos em nível nacional comprovam que a Política Pública de Educação Integral têm contribuído para a conquista de avanços significativos, na avaliação do SAEB, por exemplo, o estado passou da 21ª posição em 2007 para a 1ª posição em 2015, também no resultado da última avaliação realizada em 2017, o estado alcançou o índice 4,0, continuando crescendo e se mantendo entre as primeiras colocações no ranking nacional (DUTRA, 2020, p. 72).

Esses números nos apresentam indícios suficientes para perceber que as escolas em tempo integral e a filosofia empregada nelas tem grande responsabilidade nesses avanços, fator esse também comprovado recentemente nos números divulgados pelo Ministério da Educação referente ao ano de 2019, onde Pernambuco alcançou a média de 4,4 no ensino médio, o que demonstrou através da análise dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) decorrentes da última análise do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nesse levantamento podemos perceber, particularmente, um grande avanço de Pernambuco no Ensino Médio, com a rede estadual de ensino alcançando uma média maior que a projetada pelo MEC que era de 4,3 para o ensino médio do referido estado.

Por fim, trazemos a discussão o dualismo acerca da educação básica e da educação profissional que também ocorre dentro das escolas investigadas, pois mesmo fazendo parte de uma política de governo direcionada a educação integral, ainda carrega a preocupação com a questão econômica e a nova ótica do mercado globalizado quando apresenta no caso das escolas técnicas estaduais a preocupação com a formação para atender o mercado de trabalho, nesse sentido, Ferretti, Silva Jr & Oliveira (1999, p. 160) nos fazem a seguinte constatação:

(...) No âmbito da vida social, a educação (inclusive a escolar) mesmo que não se proponha explicitamente a formação para o trabalho, traz valiosas contribuições para várias dimensões da

vida, inclusive a dimensão econômica. Independentemente dos fins a que a educação se proponha em uma dada sociedade (e particularmente a educação escolar), os indivíduos educados que resultam de diversas ações educativas (realizadas pela família, pela igreja, pela escola, etc.) vão se inserir, de alguma forma, na vida econômica e aí exercerão as capacidades desenvolvidas através dessas ações, seja na esfera da produção (nas suas mais variadas formas) ou na da circulação. É inquestionável, desse ponto de vista, que a educação contribui para a vida econômica (FERRETTI, SILVA JR & OLIVEIRA, 1999, p. 160).

Percebemos a partir das discussões levantadas por meio desse estudo que é através da educação que o homem se torna sujeito ativo ou passivo na sociedade, porém, o papel ocupado pela educação na sociedade precisa ser resgatado em sua plenitude como vem ocorrendo nas escolas em tempo integral da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco com a introdução de políticas públicas que valorizem tal intento, pois não pode e não deve ser reduzida apenas aos interesses econômicos como ocorria outrora na década de 1990 do século XX – com as políticas ofensivas geradas pelo processo de globalização -, mas exercida para a formação humana e cidadã, como afirmava Paulo Freire (1997), “É preciso plantar a semente da educação para colher os frutos da cidadania”, pois apenas desse modo a educação ocupará de fato o papel transformador que lhe cabe na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado nos aponta os caminhos desenvolvidos por Pernambuco através das Políticas Públicas Educacionais desenvolvidas no Estado desde 2007 no ensino médio, nos aponta ainda, que a educação não deve ser limitada apenas a valores pautados em práticas separatistas de educação tal e qual as desenvolvidas no Brasil nos anos de 1990, onde prevalecia no cenário educacional a dualidade Educação Básica *versus* Educação Profissional. Essa realidade porém, foi se transformando na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco nos anos 2000, quando foram implantadas as Políticas Públicas de Educação em Tempo Integral que vão além dessa dualidade, trazendo para o cenário pernambucano através das Escolas de Referência em Tempo Integral (EREMs) e Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) uma

formação cidadã para seus estudantes, indo assim, além do academicismo e da dualidade no ensino médio outrora existentes com a implantação da Educação Interdimensional e do Protagonismo Juvenil. Essa iniciativa trará um maior desenvolvimento educacional ao estado, além de fazê-lo destacar-se nas avaliações de grande escala a nível nacional, bem como a nível estadual.

Nesse sentido, torna-se claro, através do estudo apresentado que investimentos sérios em educação podem e devem promover aos estudantes possibilidades de um futuro promissor através de uma educação omnilateral e não apenas uma educação voltada para o ingresso e permanência no mercado de trabalho através da formação de mão de obra qualificado para tal fim. O importante é também preocupar-se com a formação cidadã, como vem ocorrendo em Pernambuco através Pedagogia da Presença de Antônio Carlos Gomes da Costa, filosofia esta utilizada nas escolas integrais de Pernambuco.

Por fim, percebemos que, para tal êxito, faz-se necessário apresentar, pois quando discutimos políticas educacionais que carreguem como prioridade a diminuição das desigualdades para as classes populares, traremos também nesse contexto, o possível avanço do cenário educacional brasileiro. Porém, essa novas políticas públicas devem trazer a educação como prioridade, para que com isso, todos ganhem, pois a educação é a base para o desenvolvimento dos cidadãos que dela fazem uso, e esses por sua vez, conseguirão através dessa nova realidade conquistada, vivenciar os rumos de uma nação com uma educação ampla e irrestrita de base crítica e reflexiva fazendo assim, com que os estudantes se tornem sujeitos críticos e com oportunidades de continuidade dos estudos e de ingresso no mercado de trabalho com as competências que lhe são exigidas para tal fim. Destacamos ainda, que a nossa intenção ao levantar essas possibilidades e questionamentos, não é esgotar o tema da educação em tempo integral desenvolvido por meio de políticas públicas educacionais no estado em questão e nem em nenhum outro estado do país, mas lançar as bases para que novas discussões acerca dessa temática sejam levantadas, discutidas e apresentadas para o enriquecimento do cenário educacional no país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. F. A. **Educação, Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho: estudo sobre os impactos na educação da expansão econômica do complexo industrial de Suape/PE/Brasil**. 2013. 77f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa, Portugal, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. 2000. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

DUTRA, P. F. V. **Educação integral no estado de Pernambuco: uma realidade no ensino médio**. 2013. 98f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

_____. Educação Profissional e Integral no Estado de Pernambuco: formas distintas de ofertas. In: **Revista Brasileira de Ensino Médio**. Ipojuca (PE), Brasil, vol. 3, p. 60-73. ISSN: 2595-816X. Disponível: <https://phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM/article/view/40/26>. Acesso em: 02 de ago. 2020.

FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. R. & OLIVEIRA, M. R. N. S. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. “A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica”. In: **Revista Educação & Sociedade**, vol. 28, nº 100, Campinas, Oct. 2007. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

KUENZER, A. Z. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. In: **Revista Educação & Sociedade**, vol. 21, nº 70. Campinas, Apr. 2000. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>).

OLIVEIRA, Ramon de. **Empresariado industrial e a educação brasileira: qualificar para competir?** São Paulo: Cortez, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PERNAMBUCO. Lei Complementar 125, de 10 de julho de 2008. Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5148&tipo=TEXTTOORIGINAL>. Acesso em: 12/09/2019.

_____. Lei Complementar 364, de 30 de junho de 2017. Altera a Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que cria o Programa de Educação Integral. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/dadosReferenciais.aspx?id=28672>. Acesso em 30/09/2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. Cortez Editora. São Paulo, 2007.

TAVARES, M. X. **Sim ou Não? Os discursos do referendo 2005**. 2006. 199 f. Dissertação de mestrado em Comunicação - Universidade federal de Pernambuco – UFPE: Pernambuco, 2009.